



EDITORIAL

Experiência, estética e conhecimento

A experiência seria para nós hoje, como quer Derrida, uma série de presentes puros e não relacionados no tempo? E nossa experimentação estética, estaria ela limitada nestes tempos pós-modernos à pura aparência, ao mero espetáculo? Quando nosso modo de ser típico deixará de ser pautado por essa estúpida indiferença entre detergentes e meninas-modelo, entre potes de iogurte e alunos candidatos ao ensino superior, entre caixas de sabão em pó e meninos negros condenados a morrer antes dos 18 anos no interior deste Brasil – dentre os tantos produtos-filhos da sociedade contemporânea? A celebração das qualidades transitórias de tudo o que somos e fazemos, a experiência do instantâneo, o apego às superfícies, às colagens e às superposições, a completa confusão entre o que é banal e o que é “fundamental” (a vida humana, por exemplo) – que efeitos tem sobre nossos modos de conhecer, de imaginar, de experienciar o gozo estético?

É bem certo que já não podemos almejar a plena aura da obra de arte, muito menos a plena aura do “artista verdadeiro”. Não é disso que se trata. Mas não teríamos como pensar, na trilha de Foucault (e dos gregos clássicos), modos artistas de existência, uma ética e uma estética da existência para além do que já está sendo cotidianamente pensado para e por nós, como criação do *marketing* político, midiático, também acadêmico, digital, *fashion*, que parece substituir toda outra criação, aquela da filosofia – como escrevem Deleuze e Guattari em *O que é a filosofia?*

Este número de *Educação & Realidade*, que intitulamos “Experiência, estética e conhecimento”, abre com o belo texto de Nadja Herman – “Razão e sensibilidade: notas sobre a contribuição do estético para a ética”. A autora argumenta que, rompida a unidade da razão, pode-se hoje falar na emergência de uma pluralidade de estilos de arte e de modos de vida, além, certamente, da pluralidade e do descentramento de nossas subjetividades. E propõe: a experiência estética seria uma via de acesso possível à vida moral, no sentido de uma educação, de uma formação para a alteridade. O texto é tecido sem qualquer arroubo ou panfletarismo didático-pedagógico: pelo contrário, a cada parágrafo, o leitor dá-se ao prazer de seguir os passos nitscheanos traçados por Nadja Herman (apoiada sobretudo em Wolfgang Iser), na defesa de que a experiência artística e todas as práticas relacionadas à *aparência* (para além do sentido que costumeiramente damos, de modo negativo, a essa palavra) podem ser vistas e recuperadas como modos de conhecer pela via da sensibilidade, ou seja, como formas de ter acesso a tudo aquilo que é excluído, em virtude da lógica do conceito. Ou seja, tal experiência ampliaria nossa autocompreensão, igualmente a compreensão em direção ao diferente de nós mesmos, na medida em que justamente questiona um modo de “ser artista” hegemônico – aquele da estetização geral da vida, visível nas imagens *glamourizadas* da mídia e dos corpos, do próprio trabalho, dos objetos cotidianos, de inúmeras práticas de nosso tempo. Um dos argumentos importantes do texto, particularmente para a educação, é o que se refere ao caráter estético do conhecimento, que talvez pudesse ser visto para além da tão perseguida busca de unidade, que tanto nos parece atrair (a nós, educadores): através da educação, seria possível constituir uma segunda natureza, ética e também estética, aberta à pluralidade e à diferença, em resposta urgente às inquietações deste nosso tempo.

José Antonio Castorina, com outros três colaboradores, todos argentinos, escreve “Conhecimento individual e sociedade na obra piagetiana: algumas implicações para a investigação psicológica”. Seu objetivo é revisar e discutir críticas e controvérsias relacionadas ao tratamento que Piaget confere às relações entre indivíduo e sociedade. Estão em jogo neste artigo questões semelhantes às levantadas por Nadja Herman, a respeito da permanente questão entre o pensamento científico e o, digamos, “pensamento selvagem” (o pensamento egocentrista, autista), entre conhecimento e moral, aqui tratados mais especificamente em relação ao desenvolvimento da inteligência da criança. Os autores discutem demoradamente o conceito de egocentrismo em Piaget, em relação ao conhecimento infantil, à experimentação da vida social e ao conhecimento científico. Ao mesmo tempo, o pensamento de Piaget é mostrado na sua vitalidade histórica, nas condições de emergência dos conceitos por ele criados, para mostrar ao leitor o quanto “através do estudo do desenvolvimento moral pode-se estabelecer o modo pelo qual o pensamento lógico individual está estreitamente associado à atividade social”.

Em “A escritura como cicatriz”, Simone Rickes traz para leitores e leitoras uma surpreendente contribuição, na esteira da discussão sobre experiência estética e conhecimento, pretendida por esta edição de *Educação & Realidade*. Ela pergunta: afinal, que lugar de criação ou de autoria se poderia dizer que existe, para aquele que se entrega aos atos da leitura e/ou da escrita? Apoiada fundamentalmente em Umberto Eco e na estudiosa Jaqueline Authier-Revuz, a autora esmiúça a dupla ou tripla posição do autor (leitor do próprio texto que cria e destina a um outro que não ele), mostrando o elo indissociável entre autor e leitor, a partir da idéia de heterogeneidade do sujeito – heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada. Mais uma vez, a discussão sobre o dentro e o fora, sobre interioridade e exterioridade, sobre sujeito e discurso, que de certa forma também estão presentes nos dois artigos anteriores. A discussão feita por Simone traz uma rica contribuição para o debate, com base na Lingüística, na Semiologia e na Psicanálise, a respeito da impossibilidade do sujeito uno, do discurso uno, uma vez que a heterogeneidade (do sujeito e do próprio discurso), mostrada ou não, está sempre dada, presente. A linguagem, nesse sentido, é vista como o lugar da falta, da falta que habita o sujeito: há aí, no âmbito da linguagem, uma dimensão que o sujeito pode recuperar, que lhe permite refazer aquilo que está cindido. Ou seja, a autora discute o sujeito como efeito de linguagem, o sujeito dividido, na sua ilusão de se fazer “um”. Ao mesmo tempo, com base nessa discussão teórica, Simone questiona a proposição de que a escrita seria simplesmente um instrumento de comunicação. Essa idéia linear de que se escreve para comunicar algo a alguém é questionada e complexificada no texto, e nos permite pensar, como está dito no título, que a escrita funcionaria bem mais como uma cicatriz, na medida em que une aquilo que é irremediavelmente cindido, para sempre separado, uma vez que coloca em jogo o próprio sujeito e as estruturas inconscientes que naquele ato e gesto são postas em movimento.

A seguir, Amarildo Luiz Trevisan, em “Formação cultural e hermenêutica: leitura de imagens”, defende a necessidade de uma verdadeira revolução nos cursos de formação de professores, em função do que ele chama de “emergência de uma cultura imagística”. Trilhando o pensamento de Hans-Georg Gadamer, o autor discute o conceito de formação e as relações deste com as concepções de imagem e de modelo, percorrendo o pensamento de vários filósofos, como Hegel, Schiller, Adorno, Habermas e o próprio Gadamer. Trevisan nos vai mostrando como a prática da imitação de imagens, nos processos de formação, passa de uma relação de espelhamento (primeiro entre Deus Todo-Poderoso e o homem sofredor, depois entre uma imagem idealizada, universal, de formação e de sentido de “humanidade” e a situação de “necessidade” e até de “selvageria” de grande parte dos homens), até chegar ao que Adorno detectou como a “interrupção de uma dialética idealizada”, a “dispersão do espírito”, o não-encontro do sujeito com os objetos, as imagens de fora, o mundo,

com a arte, com a política. Gadamer teria uma proposta alentadora para a reversão daquilo que Trevisan, via Adorno, qualificou como “manipulação de imagens da formação”: a hermenêutica, como prática de pensamento, desveladora e interpretante das dobras do passado. Como exemplo de um trabalho de “iconografia da educação”, o autor toma o mito da caverna de Platão e mostra a importância de fazermos a hermenêutica dessa imagem (e de tantas outras), para a elucidação dos processos formativos, entendendo que a análise das metáforas nos trazem ao presente e à visibilidade inúmeros discursos perdidos no tempo, absolutamente necessários de serem pensados, nestes tempos de ampla inflação de imagens e de sentidos.

Que imagens temos da infância neste Brasil do século XXI? Que possibilidades nossas crianças têm de reconhecer-se como infância, infância de plenos direitos, se a unanimidade em relação à urgência de erradicar o trabalho infantil não corresponde a um efetivo trabalho de eliminação das profundas desigualdades sociais neste País – como nos mostram Fúlvia Rosemberg e Rosângela Freitas, no artigo sobre “Participação de crianças brasileiras na força de trabalho e educação”? Sem medo de desafiar unanimidades, as duas autoras analisam diversos documentos, nacionais e internacionais (oriundos do MEC, Banco Mundial, IBGE), além de inúmeras pesquisas de pós-graduação sobre trabalho infantil. Fúlvia e Rosângela criticam a base predominantemente economicista dos documentos oficiais (pais e famílias são vistos como “consumidores de serviços”, por exemplo), bem como os estereótipos segundo os quais o trabalho infantil seria “naturalmente” abusivo ou explorador, e mostram os argumentos reducionistas desses materiais, sem que as complexas articulações entre criança, desigualdade, trabalho e educação sejam efetivamente tratadas, em nome de simplesmente propagandear a bandeira da erradicação do trabalho infantil. Já algumas pesquisas estudadas pelas autoras tratam bem mais dessa complexidade, a qual diz respeito, por exemplo, a: códigos específicos de relações entre pais e filhos nas camadas populares (os pais dão comida; os filhos retribuem trabalhando); modos diferenciados de socialização (trabalhar, para os mais jovens, poderia significar mais uma estratégia de pertencimento, além da escola, ou mesmo de proteção – para “não se desencaimhar na vida”); formas de escape do trabalho doméstico (através da escola e do próprio trabalho). As autoras problematizam seriamente o tema e mostram como as estratégias do Governo Federal, para erradicar o trabalho infantil, têm definido como prioridade o Ensino Fundamental, deixando exatamente de tocar na grande ferida, a chamada educação infantil (creches e pré-escolas) – que teria como correlato óbvio e simples a possibilidade de facilitar a participação das mães no mercado de trabalho.

Lisete Bampi, por sua vez, no ensaio intitulado “Governo, subjetivação e resistência em Foucault”, faz uma rigorosa revisão bibliográfica sobre o tema da governamentalidade foucaultiana, mas especificamente, sobre o deslizamento

do conceito de poder para o conceito de governo no autor. Lisete percorre boa parte da obra de Michel Foucault sobre o assunto – ou seja, sobre os diferentes tipos de liberalismo, as diferentes artes de governar e as respectivas formas de racionalidades políticas, em articulação com as diferentes técnicas de si e os modos de subjetivação dos indivíduos, nas formações sociais. A autora argumenta que, ao descrever as tecnologias de governo na análise do poder, Foucault acabou por criar o conceito de “técnicas de si” e de “governamentalidade” – este último para denominar exatamente a relação entre tecnologias de governo e tecnologias do eu. Na última parte do texto, Lisete Bampi discute o conceito de resistência na obra do filósofo, e nos remete à afinidade de Foucault com o pensamento de Nietzsche, particularmente no que se refere a seu ideal de auto-criação estética, à possibilidade de que cada um de nós possa tornar-se obra de arte, como escolha ético-política; ou seja, entender e viver a vida como “ato de criação política”. Ao concluir, conduz-nos outra vez ao questionamento sobre a noção de governo e sobre as próprias análises de governo que fazemos, lemos ou que nos propomos a fazer: tal opção teórica e metodológica significa a escolha por um modo muito específico de fazer história, tendo-a como absolutamente contingente, construída de estranhas maquinarias e procedimentos que governam a cada um de nós, mas cuja descrição talvez permita identificar pontos fracos, linhas de fratura, possibilidades não esperadas.

Para encerrar, temos o artigo de Maria da Graça Jacintho Setton, “A mídia e o ensino superior: é possível a criação de um consenso?”, em que encontramos a análise cuidadosa de um conjunto de matérias veiculadas em jornais de grande circulação no Brasil – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* (este último mais restrito ao Estado de São Paulo) – a respeito da visibilidade (temáticas, protagonistas, modos de tratamento) do ensino superior nesse tipo de mídia. Pierre Bourdieu e John B. Thompson são as referências teóricas principais de uma análise que explicita não só o campo jornalístico e sua lógica comunicativa, como o próprio campo educacional, em relação ao momento atual de configuração do ensino superior no Brasil (por exemplo, o incentivo ao desenvolvimento das instituições privadas; e, ainda, a avaliação das instituições públicas a partir de uma adequação às demandas do mercado, entre outros aspectos). Maria da Graça organiza sua análise a partir de um conjunto de temáticas – Recursos para Ciência e Tecnologia, Recursos para as Universidades Públicas, Problemas Enfrentados pelas Universidades Públicas, Expansão de Cursos e Qualidade de Ensino, Crédito Educativo, Reestruturação do Mercado, Movimento Grevista. Suas conclusões apontam para algumas constantes nas matérias sobre universidade, certamente merecedoras de muitos outros estudos: o atrelamento dos problemas educacionais às questões do campo administrativo e econômico e o protagonismo quase absoluto das instituições governamentais nos jornais – professores e alunos, por exemplo, têm ali visibilidade mínima. A autora, com Bourdieu, nos leva a

pensar sobre esses “signos de autoridade” visíveis na mídia, sobre formas de violência simbólica que os meios de comunicação instauram ou viabilizam e, ainda, sobre a necessidade de também investigar a articulação desses signos com outros, produzidos em locais sociais diferentes e, igualmente, instauradores de sentidos.

Nossas duas resenhas críticas, ao final, tratam de autores já bem conhecidos dos companheiros e companheiras de *Educação & Realidade*: Guacira Lopes Louro, Jorge Larrosa e Carlos Skliar. Guacira Louro tem seu livro *Curriculo, género e sexualidade* (editado em Portugal, em 2001) resenhado por Silvana Goellner, sob o título “Acerca de nós”. Dois capítulos nos interessam sobremaneira, por serem inéditos no Brasil: “Um olhar feminista sobre a educação” e “Género y magisterio en Brasil: identidad, historia y representación”. Segundo Silvana, os textos de Guacira produzem impacto ainda entre nós, porque “dizem de nós”, “da forma como nos conhecemos ou fomos levados a pensar que nos conhecemos”. Já Sandra Mara Corazza, na resenha sobre *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*, organizado por Jorge Larrosa e Carlos Skliar, anuncia desde o início de sua resenha a felicidade desse lançamento, pelo “abundante *aire fresco*” que traz à literatura educacional, pelo pensamento perigoso e desconcertante que os dezesseis textos produzem: eles falam de uma educação não do *é* ou do *deve ser*, mas antes do criativo, ético e poético *talvez*.

Do início ao fim deste número, portanto, o convite ao pensamento que cria, a sugestão aos modos de vida que se inventam. Por certo, o pensamento educacional precisa muito disso. Uma boa leitura a todas e a todos.

Rosa Maria Bueno Fischer
Editora